

Reunião: Ordinária

Órgão: Conselho de Escola (CE)

Ata nº 11/2024

Hora de Início: 14:30h

Hora de Término: 17:00h

Local da Reunião: Salão Nobre

Data: 20/05/2024

Ordem de trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação do relatório de atividades relativo ao ano de 2023;
3. Outros assuntos a agendar no início da reunião.

Membros presentes

Estudantes:

Pedro Afonso Xavier Melo; Rita Alves Ferreira; António Pedro Costa Correia Oliveira.

Não docentes:

Susana Casaleiro; David Gomes

Docentes:

Carlos Pereira; Maria de Fátima Oliveira; João Noronha; Hélia Marchante; Pedro Pinto Bravo; Maria Rosa Rebordão; Joaquim Sande Silva; Maria Justina Franco.

Justificaram a falta: Noémia Bárbara

Não justificaram a falta: Jani Neto Dimas

Distribuição: www.esac.pt

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e trinta minutos o Conselho de Escola (CE) da Escola Superior Agrária do Politécnico de Coimbra (ESAC) reuniu, em sessão ordinária, de forma presencial.

Ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Apreciação do relatório de atividades relativo ao ano de 2023;
3. Outros assuntos a agendar no início da reunião.

Ponto 1 da OT.

O Presidente do Conselho da Escola (PCE) convidou a Presidente da ESAC (Prof. Rui Amaro) para participar na reunião, no sentido de poder prestar os esclarecimentos que fossem solicitados.

No início da reunião o Presidente do Conselho da Escola (PCE) questionou os Conselheiros sobre se seria necessário agendar algum ponto extra para ser tratado na reunião. Questionou a assembleia sobre a eventualidade de algum dos Conselheiros solicitar apresentar alguma informação. A Conselheira Maria Rosa Crisóstomo perguntou ao Presidente da ESAC sobre os contratos para professor/investigador no programa FCT-Tenure. O Presidente informou que não tinha conhecimento oficial sobre a situação atual, apenas o que foi divulgado pela comunicação social. O Conselheiro João Noronha questionou sobre as residências escolares e o Presidente disse que estão em obras e que a escola de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) não será construída.

O Presidente também esclareceu sobre os investimentos no IPC relacionados com a ESAC, mencionando a não aprovação de novas instalações para as oficinas Hortofrutícolas e de Lacticínios, pelo que a

Presidência da ESAC optou por promover obras urgentes de manutenção dessas oficinas. Além disso, informou sobre a candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no programa das Escolas Agrárias, liderada pelo IPC que integrou os Politécnicos de Viseu, Castelo Branco, Santarém, a Universidade de Coimbra, a Universidade Egas Moniz e a Universidade/Cooperativa CESPU. A candidatura foi aprovada e resultará em um orçamento de 850 mil euros para investimentos na ESAC. Entre os compromissos assumidos pelos participantes, destacam-se as semanas imersivas para alunos do ensino secundário, que visam aumentar a atratividade das Instituições de ensino das ciências agrárias, bem como a restauração da Casa da Canforeira para atividades relacionadas à divulgação das ciências agrárias e o investimento em novos equipamentos. Esta candidatura está em audiência prévia e só depois se passará à fase de execução do projeto.

Terminado o ponto 1 deu-se início ao ponto 2 da OT.

O Presidente da ESAC apresentou o relatório de atividades, destacando pontos críticos como o número de contratos com docentes, seus custos, e os custos por curso. Um problema importante foi a redução de 102 alunos entre o ano letivo de 2022/23 e o ano letivo em curso. Esclareceu ainda que mudanças nas regras dos concursos especiais reduziram a flexibilidade das vagas na 1ª fase do concurso nacional de acesso, resultando em apenas 26 alunos adicionais. Expressou ainda preocupação com a baixa procura pelos mestrados.

O Presidente do CE sugeriu soluções como um regime misto (online/presencial). A queda da procura nos mestrados pode estar relacionada a mudanças nas regras de pagamento de inscrição e a eliminação da presença de "alunos fantasmas" que não frequentam as aulas nem pagam propinas. As medidas implementadas permitiram reduzir, ou mesmo eliminar os alunos que apenas se inscrevem com vista à obtenção de um visto de residência em Portugal.

A Conselheira Susana Casaleiro destacou a falta de divulgação adequada dos cursos da ESAC nas escolas profissionais agrárias. O Conselheiro Pedro Bravo apontou problemas na promoção dos cursos e sugeriu a renovação dos mestrados. O Conselheiro João Noronha propôs a promoção de convites a psicólogos ou coordenadores das escolas profissionais para visitarem a ESAC e assim facilitarem o processo de divulgação da escola.

O Conselheiro Joaquim Sande Silva sugeriu uma oferta adequada à procura em vez de mais publicidade. A Conselheira Maria Rosa Rebordão destacou a importância da publicidade, mencionando que semanas imersivas poderiam ajudar. A Conselheira Rita Ferreira enfatizou a necessidade de maior presença em feiras e de visitas de alunos das escolas à ESAC. A Conselheira Fátima Oliveira ressaltou a necessidade de mudanças nos mestrados e a Conselheira Hélia Marchante sublinhou a importância da publicidade e de estadias na ESAC. A Conselheira Justina Franco destacou a importância da reestruturação dos mestrados, melhoria da comunicação e a realização de dias abertos.

O Presidente do CE destacou que, embora o assunto seja importante, não é o foco desta reunião. Se for necessário discutir mais a fundo, uma nova reunião deverá ser agendada. Foi realçada a importância da estratégia de comunicação e mencionou que a proposta das semanas imersivas pode ser muito interessante. A estratégia para os mestrados pode ser desenvolvida pelo CTC, considerando formatos variados quer durante a semana, quer ao fim de semana, presencial, online ou misto.

Encerrado este tópico, o Presidente da ESAC analisou a parte financeira do relatório de atividades. Iniciou a análise salientando o fato de que a receita dos CTeSPs não é recebida desde há dois anos, expressando dificuldades em apresentar os movimentos orçamentais no relatório e discordando da forma como o orçamento foi atribuído pelo IPC.

O Presidente da ESAC esclareceu o balanço entre créditos especiais e reafectações, destacando as receitas obtidas pela loja da agrária, salientando o seu bom desempenho, e mencionou que, entre as escolas do IPC, a ESAC obteve a melhor receita através de prestações de serviços ao exterior. Foi ressaltado o início dos projetos de eficiência energética. Apesar do saldo positivo, o Presidente da ESAC apontou a

dificuldade em definir orçamentos previsionais e esclarecer facilmente o orçamento do ano transato, devido aos créditos especiais e reafecções orçamentais entre unidades orgânicas do IPC.

Salientou ainda que este relatório de atividades contém muito mais informação do que o exigido pelo relatório de atividades do IPC. Embora as metas propostas não tenham sido atingidas, considerou que eram excessivamente ambiciosas e mencionou a dificuldade em fazer provisões relacionadas aos ingressos dos alunos. Além disso, realçou os resultados alcançados no objetivo 2.

Na página 52, na Tabela 18, será corrigido o número total de alunos. A versão apresentada no CE será ajustada, e o CE concordou com essa alteração. Foram destacadas as metas atingidas e não atingidas.

O PCE enfatizou que o Presidente da ESAC esclareceu o Relatório de Atividades, salientando as condições difíceis para trabalhar na gestão da ESAC devido às dificuldades orçamentais e à sua imprevisibilidade. O PCE agradeceu a apresentação e os esclarecimentos fornecidos, colocando o Plano de Atividades em discussão.

Não havendo mais questões para serem esclarecidas, o PCE submeteu o Plano de Atividades à votação, tendo sido aprovado por unanimidade

Foi elaborada uma minuta de decisões que foi aprovada por unanimidade e foi assinada pelo PCE, Carlos Dias Pereira e por quem secretariou a reunião, a Conselheira Fátima Oliveira

Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada pelas 17.00h.

A ata foi colocada à disposição dos membros do CE tendo sido aprovada. Após a aprovação será assinada pelo PCE, Carlos Dias Pereira e por quem secretariou a reunião, a Conselheira Fátima Oliveira

Coimbra, 20 de maio de 2024